

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.051.644 - SP (2017/0024365-1)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : INDUSTRIA E COMERCIO DE REVESTIMENTOS DUREX  
EIRELI - EPP  
ADVOGADO : MARCIO AUGUSTO DIAS LONGO - SP222017  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. PARCELAMENTO. PEDIDO E DEFERIMENTO ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO EXECUTIVA. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. OMISSÃO CONFIGURADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO PARA ANULAR O ACÓRDÃO PROFERIDO EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO E DETERMINAR QUE A CORTE DE ORIGEM SE MANIFESTE SOBRE AS QUESTÕES OMISSAS, CONFORME ENTENDER DE DIREITO.*

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REVESTIMENTOS DUREX EIRELI - EPP , com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c* da CF, contra o acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 3a. Região, assim ementado:

*AGRAVO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL CAPAZ DE INFLUIR NA DECISÃO PROFERIDA.*

1. *A Lei Adjetiva Civil autoriza o Relator a, por meio de decisão singular, enfrentar o mérito recursal e dar provimento ou negar seguimento aos recursos que lhe são distribuídos.*

2. *Decisão monocrática no sentido de negar seguimento ao agravo de instrumento interposto contra decisão que, em execução fiscal, diante da notícia de parcelamento dos débitos em cobro, determinou a suspensão do feito.*

3. *A adesão da executada a programa de parcelamento acarreta tão-somente a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, não ocorrendo, in casu, a extinção da execução fiscal.*

3. *Ausência de alteração substancial capaz de influir na decisão proferida quando do exame do agravo de instrumento* (fls. 217).

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 241/248).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre, além de dissídio jurisprudencial com o REsp 1.086.881/PE (e outros), a recorrente, ora agravante, aponta violação dos arts. 151, VI do CTN, 535, I e II do CPC/1973 e 127 da Lei 11.941/2009.

4. Alega, primeiramente, ofensa ao art. 535 do CPC/1973, notadamente no ponto em que o acórdão recorrido omitiu *que a executada aderiu ao programa de parcelamento antes da propositura da Execução, fato esse de extrema relevância para o deslinde da demanda, vez que, existindo o parcelamento dos débitos instruídos na CDA, objeto da Execução, é evidente que inexistente título executivo, consoante o disposto no inciso VI do artigo 151 do CTN, e, por consequência a nulidade da Execução com fundamento no inciso I do artigo 618 do CPC* (fls. 254).

5. No mérito, sustenta que a Execução não está lastreada em título executivo hábil a ensejar o processo de Execução Fiscal, ante a ausência de liquidez e certeza, uma vez que ocorreu o parcelamento antes da Execução, de sorte que a CDA perdeu sua característica de exigibilidade, razão pela qual não existe interesse de agir do Ente Fazendário. Assim, *diante da adesão e do deferimento EXPRESSO do pedido de parcelamento da Recorrente em 12.12.2009 (fls. 108), antes da propositura da Ação Executiva feita em 17.12.2009 (fls. 60), implica necessariamente a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, é evidente que o prosseguimento da Ação Executiva está fundamentada em título inexigível, razão pela qual estão ausentes as condições da ação e os pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo* (fls. 265).

6. Dessa forma, defende que, em conformidade com os precedentes desta Corte, uma vez concedido o deferimento do parcelamento antes a distribuição da Execução impõe-se a sua extinção.

# Superior Tribunal de Justiça

7. As contrarrazões foram apresentadas, às fls. 302/307, sendo o recurso inadmitido pelo Tribunal de origem, às fls. 311/315.

8. É o relatório.

9. Cinge-se a controvérsia a respeito da possibilidade de extinção da execução em face do parcelamento.

10. A parte recorrente, ora agravante, sustenta que, se o parcelamento foi concedido antes da propositura da Execução Fiscal, restou suspensa a exigibilidade do crédito tributário, e impedido estava o Fisco de ajuizar a ação.

11. Nessa ótica, sustenta que houve ofensa ao art. 535 do CPC/1973, porquanto omitiu-se o acórdão recorrido de considerar que a executada teria aderido ao programa de parcelamento antes da propositura da ação executiva.

12. Assiste razão à recorrente ora agravada, porquanto, a despeito de postular, em sede de Declaratórios, que o Tribunal de origem se manifestasse quanto à alegação de que o pedido e o deferimento de parcelamento (21.11.2009) dos débitos se deu antes da propositura da Ação Executiva (17.12.2009) - fls. 222/223), prevaleceu silente a Corte de origem.

13. Destarte, levando-se em consideração a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual *concedido o parcelamento antes da propositura da Execução Fiscal, tem-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, por consequência, a ausência de título executivo apto a embasar a execução fiscal* (REsp 1.086.881/PE, Rel Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 16.4.09), é de se manifestar a Corte Regional sobre tal ponto, suscitado e não sanados por ocasião do julgamento dos Embargos de Declaração. Veja-se, ainda:

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO. AÇÃO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCIS. AUSÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO APTO A EMBASAR A EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO DO FEITO SEM MÉRITO. PRECEDENTE: RESP 1.124.420/MG, JULGADO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. AGRAVO*

*INTERNO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DESPROVIDO.*

1. *Inexiste omissão no acórdão impugnado que apreciou fundamentadamente a controvérsia, apenas encontrando solução diversa daquela pretendida pela parte, o que, como cediço, não caracteriza ofensa ao art. 535 do Código Buzaid.*

2. *O entendimento do STJ é pacífico no sentido de que, não havendo nos autos renúncia expressa ao direito sobre o qual se funda a ação, para fins de adesão a programa de parcelamento tributário, o feito deverá ser extinto sem julgamento de mérito na forma do art. 267, VIII do CPC. Efetivamente, a confissão do débito pelo Contribuinte, visando a adesão a programa de parcelamento, acarreta a extinção do processo, pela perda superveniente do interesse de agir.*

3. *Agravo Interno da Instituição Financeira desprovido (AgInt no REsp 1.384.468/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 19.12.2019).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. POSSIBILIDADE. PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. AGRAVO IMPROVIDO.*

1. *A possibilidade de atribuição de efeitos infringentes ou modificativos a embargos de declaração sobrevém como resultado da presença de omissão, obscuridade ou contradição, vícios a serem corrigidos no acórdão embargado.*

2. *"Concedido o parcelamento antes da propositura da execução fiscal, tem-se a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, por consequência, a ausência de título executivo apto a embasar a execução fiscal" (REsp 1.086.881/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, Segunda Turma, DJe 16/4/09).*

3. *Agravo regimental improvido (AgRg no AgRg no REsp. 1.040.064/MG, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 19.08.2010).*

2 2 2

*PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO - DÉBITO PARCELADO ANTES DA PROPOSITURA DE EXECUÇÃO FISCAL - SUSPENSÃO DA*

*EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ART. 151, I DO CTN) -  
IMPOSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO.*

1. *Se o parcelamento foi concedido antes da propositura da execução fiscal, como restou suspensa a exigibilidade do crédito tributário, impedido estava o Fisco de ajuizar a ação.*

2. *Recurso especial provido* (REsp. 279.033/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ 06.05.2002, p. 268).

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 07/STJ. EXECUÇÃO FISCAL. PARCELAMENTO DEFERIDO ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA PARTE, DESPROVIDO* (REsp. 1.001.049/PE, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 04.02.2009).

14. Diante disso, conhece-se do Agravo e dá-se provimento ao Recurso Especial da Empresa para anular o acórdão proferido nos Embargos de Declaração e determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que analise as questões tidas por omissas, conforme acima explicitado, como entender de direito.

15. Publique-se.

16. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR